

---

## **Estratégias de Renovação Pedagógica: a atuação da Comissão de Estudo do Livro e do Material Didático do CPOE/RS na escolha dos livros didáticos de matemática nos anos 1960**

---

**Diogo Franco Rios**

Doutor em Ensino, Filosofia e História das Ciências

Universidade Federal de Pelotas

riosdf@hotmail.com

**Maria Cecília Bueno Fischer**

Doutora em Educação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

mceciliabfischer@gmail.com

### **Resumo**

O texto analisa duas estratégias utilizadas pela Comissão de Estudo do Livro e do Material Didático do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do Rio Grande do Sul (CPOE/RS), nos anos 1960, instruindo professores primários quanto à escolha do livro didático de Matemática. São três artigos publicados na Revista do Ensino/RS, que apresentam diretrizes estabelecidas pela Comissão para a escolha dos livros, e uma lista de livros de matemática recomendados, publicada no Boletim do CPOE/RS. Entre as conclusões, destaca-se que tais estratégias reforçam a marca de uma gestão centralizadora realizada pelo Centro, tentando definir as escolhas dos livros didáticos pelos docentes e, assim, adequar o ensino primário gaúcho a certas propostas renovadoras que circulavam à época.

**Palavras-chave:** História da Educação Matemática, Ensino Primário, CPOE/RS, Estratégias, Livro Didático.

---

## **Strategies of Pedagogical Renewal: the role of the *Comissão de Estudo do Livro e do Material Didático* of the CPOE/RS in the Mathematics education books choice in the 1960s**

---

### **Abstract**

The text analyses two strategies used in the 1960s by the *Comissão de Estudo do Livro e do Material Didático* of the *Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais* of Rio Grande do Sul/Brazil (CPOE/RS), instructing primary school teachers how to choose a Mathematics textbook. There were analyzed three articles published in the *Revista do Ensino/RS* that presents guidelines established by the CPOE/RS to the choice of books and a list of recommended math books published in the Bulletin of that Commission. The analysis highlights that such strategies reinforce the mark of a centralized management carried out by the *Centro*, which tried to define the choices of textbooks by the teachers and, thus, to adapt the primary school of Rio Grande do Sul/Brazil to the renewal proposals that were been practiced on that decade.

**Keywords:** History of Mathematics Education, Primary School, CPOE/RS, Strategies, Textbook.

## 1. INTRODUÇÃO

Ao tratarmos de processos de renovação educacional do ensino de matemática no Rio Grande do Sul, é imprescindível considerar o papel desempenhado pelo Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais (CPOE/RS), vinculado à Secretaria de Educação e Cultura do Estado (SEC-RS), na gestão da educação primária. Sua atuação, nesse sentido, se expressava inclusive em *estratégias* (CERTEAU, 1994) de controle da escolha dos livros didáticos que deveriam ser usados nas escolas e que era realizada pela Comissão de Estudo do Livro e do Material Didático<sup>1</sup>, fundada em 1963.

Neste trabalho nos deteremos em analisar as *estratégias* utilizadas pela Comissão de instruir a escolha dos livros didáticos, de maneira mais específica os de matemática, a saber: um conjunto de três artigos publicados na Revista do Ensino no ano de 1965, que continham orientações a respeito desse tema, e uma lista de livros didáticos de matemática recomendados pelo CPOE/RS para o ensino primário, publicada no Boletim do Centro, em 1966.

Considerando esse objetivo, não discutiremos os modos de resistência ou as astúcias – *táticas*, como diria Certeau (1994) – usadas pelos professores para preservar, na medida do possível, sua autonomia na escolha dos livros de matemática que gostariam de trabalhar. Nos ocuparemos em discutir aqui algumas iniciativas do CPOE/RS que deveriam funcionar como *estratégias* para garantir a adequação do ensino primário às propostas e concepções educacionais renovadoras que a SEC-RS defendia e que a Comissão identificava em certos livros didáticos, o que justificava recomendá-los.

O Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, vinculado à Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, iniciou suas atividades de orientação técnico-pedagógica para a rede escolar do Estado em 1943, tendo sido criado a partir da transformação da Seção Técnica da Diretoria Geral da Instrução Pública, que ocorreu em plena reforma educacional empreendida pelo Estado à época. Segundo Quadros

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no XII Seminário Temático: Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970): Sobre o que tratam os Manuais Escolares? (FISCHER; RIOS, 2016).

(2006), tal reforma educacional alterou profundamente as formas de gestão do sistema educativo estadual, passando

[...] a afirmar-se sob as bases de uma gestão técnica, científica e racional, orientada por especialistas, envolvendo ampla e detalhada prescrição legal das atividades escolares e dos programas de ensino; uma forte incidência de controle e normatização; um conjunto de ações direcionadas para a formação continuada do corpo docente e a instauração de ações relacionadas ao desenvolvimento do estudo e pesquisas educacionais que enfatizavam a inovação e a modernização (Ibid., p. 51).

Integrando essas ações, o CPOE/RS teve atuação marcante no controle organizacional do sistema educativo gaúcho até 1971, ano em que foi extinto. Peres (2000) reforça o papel do CPOE como a principal instituição que “difundiu, produziu, apropriou-se dos princípios renovadores e pôs em circulação um conjunto de discursos baseado nesses fundamentos”, a partir da década de 1940 no Estado (Ibid., p. 131). Em seu entendimento, um dos indicadores que situam os anos 1930 a 1950 como tempos de renovação pedagógica na educação no Rio Grande do Sul é a ocorrência de um movimento de inovações didáticas nas salas de aula “que emanaram das Escolas de Formação, das próprias professoras e professores, dos órgãos públicos de direção do ensino – especialmente do CPOE –, de práticas pedagógicas alternativas, e que estavam ancoradas nos princípios da Escola Nova ou Renovada” (Ibid., p. 129).

Ainda segundo a autora,

[...] as formas de divulgação do ideário da renovação pedagógica pelo CPOE foram fundamentalmente os boletins, as circulares, os comunicados, os cursos, as sessões de estudo, as orientações escolares levadas a efeito em todo o Estado do Rio Grande do Sul [...] assumindo o caráter dual de ser um Centro de pesquisas no campo educacional e de um órgão técnico-normativo, consultivo, diretivo e orientador das atividades didático-pedagógicas (Ibid., 144).

Em dezembro de 1963, o CPOE cria a Comissão de Estudo do Livro e do Material Didático, por ordem do Governador do Estado, sob a coordenação da professora Alda C. Kremer, Diretora do Centro. Sua criação foi comunicada aos professores pelo ofício-circular nº 22, da Secretária de Educação e Cultura, professora Zilah Mattos Totta, informando sobre o papel da comissão na elaboração de diretrizes para interferir na escolha do livro didático pelos professores, que já deveriam ser observadas a partir do ano letivo seguinte (TOTTA, 1964). Quadros (2006), em estudo detalhado sobre o CPOE/RS, assinala que o Centro desempenhou papel proeminente no

ensino primário do Rio Grande do Sul, intervindo diretamente na organização do ensino, na formação dos professores, na função normativa da rede pública estadual de ensino e na orientação das atividades a serem realizadas pelos professores.

De maneira mais detalhada, as atribuições do CPOE envolviam

[...] a realização de estudos de caráter objetivo sobre a criança nos aspectos que intervêm no processo educativo: biológico, psicológico, sociológico, pedagógico; sobre a aprendizagem: princípios e leis, instrumentos e processos, conteúdo e eficiência; e relativos ao meio escolar: disciplina, instituições, recreações, relações com o meio social. Eram suas atribuições, ainda, executar atividades de orientação ao magistério, por meio de cursos e reuniões; visitar as unidades escolares; dirigir ensaios pedagógicos; responder a consultas de ordem técnica; elaborar programas, planos, comunicados, circulares e instruções; manter uma biblioteca central de obras pedagógicas e escolares; organizar o conteúdo pedagógico do Boletim de Educação da Secretaria da Educação e Cultura; indicar livros didáticos e obras para as bibliotecas escolares; e, finalmente, elaborar medidas para organização das classes; promover orientação educacional e controlar o rendimento escolar (QUADROS; STEPHANOU, 2011, p. 108-109) (grifo nosso).

A atribuição específica destacada acima, avaliar e recomendar os livros didáticos que deveriam ser utilizados pelos professores e disponibilizados nas escolas, era de responsabilidade da Comissão de Estudo do Livro e do Material Didático, a partir de princípios pedagógicos em consonância com aqueles assumidos pelo CPOE.

Tais princípios se evidenciavam também nas publicações do Centro, entre as quais destacam-se os Boletins, publicados entre 1947 e 1966, que assumiam

[...] uma forma de relatório e, como tal, apresentam uma pequena amostra dos principais resultados das atividades desenvolvidas pelo Centro. Suas páginas testemunham a produção e proliferação de um discurso autorizado que remete, quase invariavelmente, para três dimensões proeminentes do trabalho desenvolvido pelo Centro: a difusão de práticas e de novos rumos para a educação, a formação de um espírito científico e o movimento de renovação educacional (QUADROS, 2006, p. 39-40).

Nas páginas dos Boletins encontram-se variados textos, como ofícios, decretos-lei, instruções, comunicados, artigos, entre outros, pretendendo propiciar, conforme apontado no prefácio do primeiro Boletim, “[...] o interconhecimento e a discussão dos assuntos relacionados à vida educacional, sintonizando as clarinadas dispersas e acelerando o ritmo do movimento renovador que se processa no plano pedagógico” (RIBEIRO, 1947, p. 9).

Com relação à matemática, constam nos boletins diversas ocorrências, que vão desde sugestões de atividades e instruções para elaboração de avaliações até relações de

bibliografia sobre aprendizagem da matemática<sup>2</sup> (FISCHER; FISCHER, 2015). De acordo com o estudo realizado pelas autoras, é inquestionável a importância do CPOE quanto a orientações pedagógicas, que sempre acompanhavam as respectivas reformulações legais do período. Afirmam também ser possível detectar, ao longo dos Boletins do CPOE, “[...] fundamentações teóricas e respectivas argumentações hoje avaliadas como avanços para a época” (Ibid., p. 90).

Outra publicação que esteve muito relacionada com o CPOE foi a Revista do Ensino (RE) que, apesar de não ter surgido no âmbito do Centro, quando se tornou uma publicação oficial da SEC/RS, a partir de dezembro de 1956, passou a submeter-se à sua supervisão técnica (BASTOS; BUSNELLO, 2004). A RE, considerando sua periodicidade de circulação, acabou assumindo uma função de divulgação das ideias e propostas que estavam de acordo com o CPOE e que não era bem atendida pelos boletins que, segundo Quadros (2006), como tinham um caráter de relatório, não davam suporte ao trabalho cotidiano dos professores.

Ou seja, pode-se dizer que a RE, preenchendo a lacuna posta pelo Boletim, dava conta de fazer circular, com maior frequência, orientações para as práticas pedagógicas dos professores primários, visando implementar a perspectiva educacional defendida pelo CPOE ou divulgar práticas que possuíssem adesão às posições defendidas pelo Centro, dentro das três dimensões do trabalho que se propunha desenvolver, como já afirmado anteriormente: “[...] a difusão de práticas e de novos rumos para a educação, a formação de um espírito científico e o movimento de renovação educacional” (QUADROS, 2006, p. 40).

A seguir discutiremos duas *estratégias* produzidas pelo CPOE para a implementação de tal renovação pedagógica ao dirigir a escolha dos livros didáticos, a saber, a publicação de artigos tratando desse tema, tanto nos Boletins do CPOE quanto na Revista do Ensino e, depois, a “Bibliografia para o curso primário”, publicada no Boletim referente aos anos de 1965 e 1966.

---

<sup>2</sup> No quadro elaborado por Fischer e Fischer (2015, p. 80-81) “Referências à Matemática nos Boletins do CPOE (1947-1966)”, não consta a “Bibliografia para o curso primário”, que discutiremos neste trabalho, uma vez que o referido quadro restringia-se a ocorrências exclusivas de matemática.

## 2. ESCOLHA DOS LIVROS DIDÁTICOS

O período de 1940 a 1980 é considerado o auge da produção didática para o primário no Rio Grande do Sul, capitaneado pelo CPOE, que se ocupou em, além de fomentar e influenciar a produção de obras didáticas (PERES, 2015), estabelecer critérios para a escolha e utilização desses materiais, que deveriam estar em consonância com os discursos renovadores a que o Centro se filiava.

A respeito dos livros didáticos a serem usados pelos professores, a Comissão de Estudo do Livro e do Material Didático do CPOE publicou no Boletim referente aos anos de 1963 e 1964 (CABEDA et al, 1964a; 1964b; 1964c) e em diferentes números da Revista do Ensino de 1965, na seção “Comunicado do CPOE”, três artigos com orientações de como selecionar e utilizar os livros didáticos existentes no mercado, intitulados respectivamente: “O livro didático” (CABEDA et al, 1965a), “Instruções Gerais para escolha do livro didático nas escolas do Rio Grande do Sul” (CABEDA et al, 1965b) e “A escolha do livro didático” (CABEDA et al, 1965c).

No primeiro artigo “O Livro Didático” há uma declaração interessante que justifica a criação de uma comissão para avaliação de livros didáticos e a imputação de responsabilidade ao professor, que deveria escolher o livro levando em conta o que a Comissão lhe indicava. Segue a declaração: a “contínua vigilância dos pais sobre o que a escola pode e deve fazer cria uma expectativa fazendo crescer muito mais a responsabilidade do professor” (CABEDA et al, 1965a, p. 2) (grifo nosso).

O CPOE assim, por tal comissão, explicita sua intenção de controlar a escolha dos professores que, embora oficialmente pudessem adotar os livros didáticos que considerassem oportunos, passariam a assumir plena responsabilidade pela escolha feita, no caso de se afastarem das recomendações estabelecidas.

A Comissão destaca a necessidade de que o livro didático deveria ser elaborado com muita flexibilidade, atendendo às diferenças individuais dos alunos. Chama a atenção para que se observe, também, a rapidez do progresso científico-tecnológico que contribui para uma cultura apressada, exigindo soluções imediatas, obrigando o indivíduo “a tomar posições e admitir novos conceitos face à realidade presente” (CABEDA et al, 1965a, p. 2).

Ou seja, o livro, a ser escolhido pelo professor, precisava contribuir com a formação de crianças aptas para cumprirem as funções sociais que o futuro lhes impusesse, flexíveis e capazes de produzir soluções para os problemas decorrentes das mudanças aceleradas propostas pelos desenvolvimentos científicos e tecnológicos.

Essa expectativa acerca do livro didático sugere certo nível de adesão dos gestores do ensino primário gaúcho às demandas colocadas pela conjuntura social para a educação da época. Segundo Dias (2008), naquele momento os sistemas educacionais deveriam preparar

[...] não apenas uma mão de obra altamente qualificada em conhecimentos científicos e tecnológicos próprios para produzir o crescimento e a expansão da estrutura industrial, mas também altamente disciplinada segundo a racionalidade técnica utilitária fundadora dos padrões de eficiência que vinham sendo implantados em todos os setores da economia capitalista. E os discursos dos protagonistas das reformas modernizadoras do ensino da matemática eram unânimes na afirmação desta relação (Ibid., p. 17).

Ainda que Dias esteja se referindo mais especificamente aos níveis secundário e superior, nota-se alguma identificação entre o que o autor afirma e a expectativa estabelecida sobre o livro didático gaúcho, como uma apropriação desses valores para o ensino de matemática no primário.

Voltando às considerações apresentadas no artigo “O Livro Didático”, destacamos importantes críticas feitas pela Comissão aos livros usados naquela época que, na opinião deles, não vinham acompanhando as mudanças que estavam acontecendo na sociedade, pois traziam

Títulos inexpressivos, edições antigas ou não revisadas, conteúdos fora da realidade, dos interesses e das possibilidades dos leitores, organização puramente lógica, apresentação material sem arte, vocabulário inadequado [...]em sua quase totalidade são complicados e não oferecem oportunidade para uma reflexão original.

Não atendendo o desenvolvimento dos alunos a que se destinam, os livros didáticos são, em grande maioria, cansativos, pouco atraentes, apresentando concepções muito pouco pessoais e assoberbando os alunos com elementos desnecessários (CABEDA et al, 1965a, p. 3).

A partir do reconhecimento da condição inadequada dos livros que vinham sendo usados e considerando a demanda por escolher novos livros didáticos, a Comissão de Estudo do Livro e do Material Didático apresenta uma série de parâmetros que deveriam orientar os professores, tanto os “jovens e inexperientes” quanto os que, “embora revelando maior experiência docente, não vêm acompanhando o espírito

evolutivo da época” (CABEDA et al, 1965a, p. 2-3).

Os aspectos que o livro didático deveria contemplar para ser considerado de boa qualidade e ser escolhido pelo professor foram divididos em três categorias pela Comissão: filosóficos, psicológicos e pedagógicos.

No que se refere ao aspecto filosófico, todas as situações apresentadas no livro deveriam “[...] ser tão significativas que permit[iri]am ao aluno comparar, avaliar, ajuizar, orientando-o para novas elaborações, levando-o a reformular, a formar opiniões próprias e a tirar conclusões” (CABEDA, 1965a, p. 4).

Quanto aos aspectos psicológicos, as autoras destacam a necessidade do professor conhecer os interesses do aluno, nas diferentes etapas de seu desenvolvimento, para poder orientá-lo nas situações que se apresentassem (Ibid.).

Em relação ao aspecto pedagógico, o livro deveria ser selecionado não exclusivamente para atender a demanda dos alunos, mas também em função do professor, contemplando, entre outros aspectos, a atualização de conceitos vinculados ao progresso das ciências, o nível de desenvolvimento dos alunos e a dimensão estética (Ibid.).

Além desses três aspectos, o artigo ainda instrui o professor que, ao selecionar um livro didático, leve em consideração o autor, a apresentação material e o conteúdo<sup>3</sup>.

Ao apresentar parâmetros de qualidade dos livros didáticos, a Comissão instrumentalizava os professores para o cumprimento de uma tarefa que lhes estava sendo imputada: contribuir com o CPOE na seleção de livros que se adequassem aos critérios estabelecidos.

Torna-se necessário, para isso, que os professores, de acordo com a sua especialização, e através de uma análise minuciosa, conheçam os livros oferecidos pelo comércio, a fim de que possam indicá-los aos alunos, associando os assuntos apresentados com o desenvolvimento do programa, que deve estar fundamentado nas experiências do indivíduo e nas situações reais da vida (CABEDA et al, 1965a, p.3).

No segundo artigo publicado na Revista do Ensino relacionado com o livro didático, “Instruções Gerais para escolha do livro didático nas escolas do Rio Grande do Sul”, são apresentadas várias orientações para dirigir o professor na escolha e utilização

---

<sup>3</sup> A respeito da apresentação material, trata-se de uma preocupação do CPOE já presente em 1957, quando o Centro lança um concurso para elaboração de um livro para o 1º ano das escolas primárias de zona rural. (RIO GRANDE DO SUL, 1957).



do livro didático, que são feitas em função da impossibilidade, declarada pela Comissão, de oferecer uma lista de livros a serem adotados no ano letivo seguinte, possivelmente em função do volume da produção didática que vinha ocorrendo naqueles anos (CABEDA et al, 1965b).

O artigo estabelece quatro aspectos que deveriam ser levados em consideração para a escolha do livro a ser adotado: formativo, informativo, material e socioeconômico, ocupando-se em explicitar o que viria a ser cada um deles. No que se refere à matemática, identificamos:

**A. ASPECTO FORMATIVO**

O livro didático deve:

[...]

7. Sugerir a precisão, concisão, clareza de ideias.

8. Destacar-se pela logicidade e realidade dos fatos apresentados.

[...]

**B. ASPECTO INFORMATIVO**

O livro didático deve:

1. Estar de acordo com os avanços das ciências, em todos os campos técnicos-científicos.

2. Atender à atualização dos conceitos.

[...]

5. Conduzir à reflexão, à abstração, à generalização.

[...]

8. Permitir a aplicação dos métodos dedutivo e indutivo (Ibid., p. 2-3).

Destacamos, nos aspectos relacionados à matemática, aqueles em que reconhecemos uma preocupação identificada com o ideário da Matemática Moderna, que dava ênfase à linguagem simbólica, às propriedades, às estruturas e à abstração (RIOS; BÚRIGO; OLIVEIRA FILHO, 2011). Tais aspectos já vinham sendo anunciados no Programa Experimental de Matemática, de 1959, que indicava para o ensino primário a oportunidade da “[...] aquisição de processos mentais indispensáveis à evolução do pensamento, como indução, abstração, generalização, reversibilidade do pensamento” (RIO GRANDE DO SUL, 1960, p. 8).

O último dos três artigos, “A escolha do livro didático”, destaca a importância da criação de hábitos e atitudes frente às obras didáticas como, por exemplo, “não dobrar, cortar, arrancar sua capa e suas páginas” e detalha ainda outros aspectos que o professor deveria levar em consideração no processo de escolha, uma vez que, segundo as autoras, “[...] se as experiências estiverem fundamentadas na realidade brasileira, e atendendo às necessidades locais, o livro didático apresentar-se-á em melhores condições e encontrará

maior aceitação entre os jovens estudantes” (CABEDA et al, 1965c, p. 5-6).

No caso deste último artigo, as orientações são de caráter mais geral, sem se aterem, propriamente, a conteúdos ou metodologias presentes nos livros didáticos. São, de toda forma, orientações a serem seguidas na escolha dos livros, que contemplem situações que envolvam a realidade em que se situam os alunos, com o objetivo de serem mais facilmente aceitos pelos estudantes.

A seguir, discutiremos a segunda *estratégia* de renovação pedagógica utilizada pelo CPOE, ainda tratando de instruir professores quanto à escolha dos livros didáticos: a apresentação de uma lista de livros para o curso primário, publicada no Boletim do CPOE referente aos anos de 1965 e 1966, restringindo-nos aqui às referências de matemática.

### **3. BIBLIOGRAFIA PARA O CURSO PRIMÁRIO**

Antes de discutirmos a listagem de livros didáticos de matemática, intitulada “Bibliografia para o curso primário”, convém mencionar que foi bastante usual o Centro emitir listas de referências bibliográficas de cunho teórico ou metodológico, ao longo de praticamente todos os Boletins. Tais listas ora são indicações de obras consultadas para a produção dos artigos ali publicados, ora sugestão de leitura aos professores, como fundamentação para as propostas didáticas a eles sugeridas. Os conteúdos contemplados variam entre Filosofia, Psicologia, Didática, Orientação Educacional, Educação Econômica, Artes, Linguagem, Matemática, Estudos Sociais, Geografia, Línguas Estrangeiras, Música e, até, Ensino Religioso, evidenciando a abrangência dos temas presentes no Ensino Primário ou Ensino Normal.

A primeira ocorrência de referências voltadas especificamente para a matemática aparece no Boletim de 1961-1962 (FISCHER; FISCHER, 2015) e contém uma lista de 14 indicações, intitulada “Bibliografia para a Didática da Matemática”. Na listagem, há títulos em inglês, em francês, além de livros em português, entre os quais se encontram, por exemplo, os livros de Osvaldo Sangiorgi e Ari Quintella, além de publicações do

PABAE<sup>4</sup>. Além da relação de livros, não há mais nenhuma informação complementar ou explicativa referente às indicações (CAMPOS, 1963). Não é raro encontrar listagens como essa, desvinculadas dos artigos anteriores ou posteriores que, supomos, seriam compreendidas pelos professores como sugestões para fundamentar suas práticas pedagógicas.

A inclusão de tais referências nos boletins não pode deixar de ser interpretada como mais uma ação intencional do CPOE para fazer circular certos discursos entre os professores primários do RS, consequência do modelo controlador e centralizador do Centro sobre as práticas dos professores primários do Estado (PERES, 2000). Tal entendimento é chave para discutirmos a “Bibliografia para o curso primário”, a segunda *estratégia* utilizada pelo Centro de interferir na escolha de livros didáticos pelos professores, com vistas à implementação da renovação pedagógica que se tinha como intenção, como discutiremos a seguir.

No Boletim de 1965-1966 consta um ofício que encaminha para os diretores das escolas gaúchas um comunicado “[...] com a finalidade de auxiliar o professor na seleção de obras necessárias ao desenvolvimento das atividades escolares” (KREMER, 1966, p. 293).

Um dos itens do comunicado apresenta uma lista de 96 livros didáticos, relativos às diversas disciplinas do ensino primário. Segue uma tabela em que apresentamos apenas os livros didáticos que identificamos como relativos à matemática, contendo o título, autor, editora e observações (da comissão).

Tabela 1: Bibliografia para o curso primário - Matemática

Ano	Autor	Título	Editora	Observações
1º ano	SIRÂNGELO, Margarida e SAGEBIN, Noelly	Nossos exercícios <sup>5</sup> – Matemática	Tabajara	Para uso de professores e alunos
1º ano	THOFEHRN, Cecy C.	Brincando com números <sup>6</sup> – 1º ano primário	Brasil S.A.	Para uso do professor

<sup>4</sup> Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (1956-1964), resultante de acordo assinado entre o Brasil e os Estados Unidos, que tinha por objetivo a melhoria do ensino elementar brasileiro (OLIVEIRA FILHO, 2015).

<sup>5</sup> A série “Nossos Exercícios”, além das coleções abrangendo Linguagem e Estudos Sociais, abrangia os títulos “Nossos Exercícios: Matemática”, das autoras Margarida Sirângelo e Noely Sagebin, “Nossos Exercícios: Estudos Sociais” e “Nossos Exercícios: Estudos Naturais” (VAHL, 2012).

<sup>6</sup> A coleção, de autoria de Cecy Thoeferhrn, publicada nos anos 1950, abrange somente a Matemática e é dirigida aos quatro primeiros anos do Ensino Primário (ALVES, 2013).

1º ano	THOFEHRN, Cecy C. e CUNHA, Nelly	Estrada Iluminada <sup>7</sup> (Bichano e Zumbi)	Brasil S. A.	Leitura intermediária
2º ano	SIRÂNGELO, Margarida e SAGEBIN, Noelly	Nossos exercícios – Matemática	Tabajara	Para professores e alunos
2º ano	CUNHA, Nelly e TREIN, Helga	Era uma vez <sup>8</sup> ...	Globo	Para uso do professor
2º ano	THOFEHRN, Cecy	Brincando com números – Matemática significativa – 2º ano primário	Brasil S.A.	Para uso do professor
2º ano	THOFEHRN, Cecy C. e CUNHA, Nelly	Estrada Iluminada (A festa do vagalume) 2º ano	Brasil S.A.	Para uso de professores e alunos
2º ano	THOFEHRN, Cecy C. e CUNHA, Nelly	Estrada Iluminada (Exercícios de Gramática Funcional e Matemática Significativa (2º ano))	Brasil S.A.	Para professores e alunos, com restrições.
3º ano	SIRÂNGELO, Margarida e BARBOSA, Florisbela M.	Nossos exercícios – Matemática – 3º ano primário	Tabajara	Para professores e alunos
3º ano	THOFEHRN, Cecy	Brincando com números – Matemática Significativa – 3º ano primário	Brasil S.A.	Para uso do professor
3º ano	THOFEHRN, Cecy C. e CUNHA, Nelly	Estrada Iluminada (O Álbum Maravilhoso) – 3º ano	Brasil S.A.	Para professores e alunos
3º ano	THOFEHRN, Cecy C. e CUNHA, Nelly	Estrada Iluminada (Exercícios de Gramática Funcional e Matemática Significativa) 3º ano	Brasil S.A.	Para uso do professor, com restrições
4º ano	THOFEHRN, Cecy	Brincando com números – Matemática Significativa – 4º ano primário	Brasil S.A.	Para uso do professor
4º ano	THOFEHRN, Cecy C. e CUNHA, Nelly	Estrada Iluminada (Exercícios de Gramática Funcional e Matemática Significativa) 4º ano	Brasil S.A.	Para uso do professor, com restrições
5º ano	THOFEHRN, Cecy C. e CUNHA, Nelly	Estrada Iluminada (Admissão ao Ginásio)	Brasil S. A.	Para uso de professores e alunos.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de “Bibliografia para o curso primário” (KERTÉSZ; DURO; MOTTA, 1966, p. 295-305).

<sup>7</sup> A coleção produzida na década de 1960 por Cecy Thoeferhn e Nelly Cunha, é formada por um livro para cada ano, identificado como “Linguagem e Exercícios de Matemática”, com exceção do 1º ano, que é caracterizado como “Leitura Intermediária e Exercícios de Matemática para o 1º ano primário”. A coleção contém também um livro de “Admissão ao Ginásio” (ALVES, 2013).

<sup>8</sup> A coleção, produzida por Nelly Cunha e Helga Joana Trein, nos anos 1960, contempla as áreas de Linguagem, Gramática Funcional, Matemática, Estudos Sociais e Ciências Naturais. Para cada exemplar dessa série há um Livro de Leitura, um Caderno de Exercícios de Linguagem, um Caderno de Exercícios de Matemática e dois volumes do Manual do Professor, um de Leitura e Exercícios de Linguagem e outro de Exercícios de Matemática (ALVES, 2013).

Não consideramos que a apresentação desta seleção de livros didáticos de matemática no Boletim seja uma mera sugestão. Há uma indicação explícita do CPOE quanto à função da lista: “auxiliar a tarefa do professor relativamente à seleção de livros a serem usados por suas crianças [...] incluindo obras acessíveis e que observam, de maneira geral, as normas estabelecidas para o livro didático” (KERTÉSZ; DURO; MOTTA, 1966, p. 294).

Esse entendimento corrobora a interpretação, já difundida na historiografia, de que o CPOE teve um papel proeminente na condução do sistema educativo do Estado e que passou a afirmar-se sob uma gestão “técnica, científica e racional, orientada por especialistas, envolvendo ampla e detalhada prescrição legal das atividades escolares [...] e uma forte incidência de controle e normatização” (QUADROS, 2006, p. 51) (grifo nosso)<sup>9</sup> que, no caso da “bibliografia para o curso primário”, pode ser interpretada por dois vieses.

Um primeiro refere-se propriamente ao conjunto de publicações citadas na lista, que estavam de acordo com “as normas estabelecidas para o livro didático” (KERTÉSZ; DURO; MOTTA, 1966, p. 294), ou seja, que se identificavam com a renovação pedagógica pretendida pelo CPOE e estavam sendo apresentadas aos professores após uma triagem feita pela Comissão de Estudo do Livro e do Material Didático, órgão instituído com essa competência.

A respeito da construção de discursos sociais competentes, concordamos com Chauí que defende:

[...] não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera da sua própria competência. (CHAUÍ, 1982, p.7).

Um segundo viés se evidencia a partir da ausência, na lista, de outras coleções de livros existentes na época, o que aponta para uma relativa interdição quanto ao uso dos não mencionados. No entanto, o fato de um livro ou uma coleção não fazerem parte

---

<sup>9</sup> A respeito dos livros mencionados na lista, um detalhe que merece atenção é que, apesar de tratar-se de uma seleção de livros recomendados, alguns deles trazem a indicação “aceitável com restrições”. No entanto, não há informações no documento quanto à natureza dessas restrições.

do conjunto não significava, explicitamente, tratar-se de uma coleção rejeitada e que seu uso seria reprovável.

Segundo a própria Comissão “todo professor tem liberdade para adotar os recursos didáticos que julgar oportunos e necessários aos seus alunos e é plenamente responsável por essa escolha” (CABEDA et al, 1965a, p. 2), o que interpretamos como parte da *estratégia* da Comissão para constranger os professores a aderirem à lista de suas recomendações, imputando-lhes mais uma vez a inteira responsabilidade, caso escolhessem livros não legitimados institucionalmente e divulgados na Revista do Ensino e no Boletim do CPOE.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutimos o esforço empreendido pela Comissão de Estudo do Livro e do Material Didático do CPOE/RS para interferir na escolha dos livros didáticos de matemática, pelos professores primários, visando adequá-la às propostas renovadoras defendidas pelo Centro durante aqueles anos, evidenciado por duas *estratégias*: um conjunto de artigos elaborados pela Comissão, que apresentavam instruções quanto à escolha do livro didático; e uma lista de livros sugeridos aos professores.

A adoção dessas *estratégias* reforça uma interpretação já estabelecida na historiografia a respeito do modelo de gestão centralizadora da Instituição CPOE/RS na condução do sistema educativo do Estado e, em particular, do ensino primário. Na investigação realizada neste trabalho, é através da referida Comissão que tal gestão se manifesta.

Esmiuçamos aspectos relacionados com tais *estratégias* que pretenderam dirigir a escolha dos professores, a partir da divulgação de instruções quanto a parâmetros que os livros deveriam atender; a publicação de uma lista de livros pré-selecionados pelos responsáveis no âmbito do CPOE e, até, a circulação de discursos que visavam constrangê-los a aderirem às orientações dadas pelo Centro, imputando-lhes responsabilidades no caso de não adesão aos parâmetros e “sugestões” institucionalmente divulgados.

As instruções acerca da escolha dos livros pretendiam garantir a adequação do

ensino primário às propostas e concepções educacionais renovadoras que a SEC-RS defendia durante aquele período e que a Comissão identificava em certos livros didáticos, o que justificava recomendá-los, aqui interpretadas como partes das *estratégias* adotadas.

Ainda que configure um tema de extrema relevância, não foi objetivo deste trabalho discutir as táticas dos professores para preservar, tanto quanto possível, a autonomia na escolha dos livros, o que demandaria investigar as obras adotadas nas diferentes escolas primárias do Rio Grande do Sul no período considerado.

Dessa forma, sem a pretensão de esgotar o tema, reconhecendo o potencial das fontes aqui trabalhadas para a produção de outras reflexões do campo da História da Educação Matemática, destacamos a possibilidade de, ainda a partir da mesma perspectiva teórica, analisar a relação entre as *estratégias* adotadas pela Comissão de Estudo do Livro e do Material Didático do CPOE/RS e as táticas dos professores, de subordinação às instruções ou de autonomia na escolha dos livros a adotarem em aula. Essas categorias, acreditamos, são relevantes para tratar de um passado em que, de um lado, uma instituição de papel fundamental na gestão educacional do Estado tentava impor determinados comportamentos e, de outro, os professores, sujeitos às determinações que lhes eram colocadas, encontravam ou não formas de subversão.

## REFERÊNCIAS

ALVES, A. M. M. *A Matemática Moderna no ensino primário gaúcho (1960-1978): uma análise das coleções de livros didáticos estrada iluminada e nossa terra nossa gente*. 2013. 324f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2013.

BASTOS, M. H. C.; BUSNELLO, F. *Pedagogia em imagens: a Revista do Ensino/RS (1951-1978): entre imagens e discursos*. In: V ANPED Sul. Curitiba: PUCPR, 2004.

CABEDA, A. V. et al. *Instruções Gerais para escolha do livro didático nas escolas do Rio Grande do Sul*. *Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais*. Porto Alegre: SEC/CPOE, p. 34-36, 1964a.

CABEDA, A. V. et al. *O Livro Didático*. *Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais*. Porto Alegre: SEC/CPOE, p. 74-80, 1964b.

CABEDA, A. V. et al. A Escolha do Livro Didático. *Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais*. Porto Alegre: SEC/CPOE, p. 80-86, 1964c.

CABEDA, A. V. et al. O Livro Didático. *Revista do Ensino*, Porto Alegre, ano XIII, n. 100, p. 2-5, 1965a.

CABEDA, A. V. et al. Instruções Gerais para escolha do livro didático nas escolas do Rio Grande do Sul. *Revista do Ensino*, Porto Alegre, ano XIII, n. 102, p. 2-3, 1965b. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/132820>

CABEDA, A. V. et al. A Escolha do Livro Didático. *Revista do Ensino*, Porto Alegre, ano XIII, n. 103, p. 4-6; 16, 1965c.

CAMPOS, O. Bibliografia para a didática do ensino da Matemática. *Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais*. Porto Alegre: SEC/CPOE, p. 216, 1963.

CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAUÍ, M. S. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1982.

DIAS, A. L. M. O Movimento da Matemática Moderna: uma rede internacional científico-pedagógica no período da Guerra Fria. In: Jornadas Latino-americanas de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias, 2008. *Anais...* Rio de Janeiro: Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ, 2008.

FISCHER, M. C. B.; FISCHER, B. T. D. Boletins do CPOE/RS (1947-1966): recortes sobre o ensino da Matemática e a gestão dos processos avaliativos. *Acta Scientiae (ULBRA)*, v. 17, p. 76-93, 2015.

FISCHER, M. C. B.; RIOS, D. F. Comissão de Estudo do Livro e do Material Didático do CPOE/RS: os livros didáticos de matemática. In: Seminário Temático Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970): Sobre o que tratam os Manuais Escolares?, 14., 2016, Natal. *Comunicações...* Natal: UFRN, 2016. p. 1-14.

KERTÉSZ, I.; DURO, L. M. P.; MOTTA, M. J. P. Orientação Bibliográfica para o Ensino Primário. *Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais e de Execução Especializada – Volume III - orientação. Anos de 1965-1966*. Porto Alegre: SEC/CPOE, p. 293-309, 1966.



KREMER, A. C. Ofício circular nº 3. *Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais e de Execução Especializada – Volume III - orientação. Anos de 1965-1966*. Porto Alegre: SEC/CPOE, p. 293, 1966.

OLIVEIRA FILHO, F. O PABAE e o Ensino de Aritmética: a contribuição da professora Rizza de Araújo Porto. In: Congresso Ibero-Americano de História da Educação Matemática, 3., 2015, Belém. *Anais...* Belém: SBHMat, 2015. p. 1101-1116.

PERES, E. T. *Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir a Escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola primária pública gaúcha (1909-1959)*. Tese (Doutorado) - Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2000.

\_\_\_\_\_. Cartilhas produzidas por autoras gaúchas: um estudo sobre a circulação e o uso em escolas do Rio Grande Do Sul (1940-1980). *Revista Brasileira de Alfabetização*, 2015, p. 177-203.

QUADROS, C. *Reforma, ciência e profissionalização da educação: o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado) – PPGEDU, UFRGS, 2006.

QUADROS, C.; STEPHANOU, M. Reforma educacional e produção de modos de ser e pensar: A experiência do Rio Grande do Sul nos anos 30 a 50 do século 20. *Revista Lusófona de Educação*, 2011, p. 97-110.

RIBEIRO, E. R. Prefácio. *Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais*. Porto Alegre: SEC/CPOE, p. 9, 1947.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura - Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais. Concurso para a Elaboração de um Livro para o 1º Ano. *Revista do Ensino*, Porto Alegre, ano VI, n. 43, p. 11-14, 1957.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais. Programa Experimental de Matemática. *Revista do Ensino*, Porto Alegre, n. 66, p. 8-13, mar. 1960.

RIOS, D. F.; BURIGO, E. Z.; OLIVEIRA FILHO, F. O Movimento da Matemática Moderna: sua difusão e institucionalização. In: OLIVEIRA, M. C. A. de; SILVA, M. C. L.; VALENTE, W. R. (Org.). *O Movimento da Matemática Moderna: história de uma revolução curricular*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011. p. 21-53.

TOTTA, Z. M. Ofício-circular nº 22. *Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais e de Execução Especializada – Volume II – orientação. Anos de 1963-1964*. Porto Alegre: SEC/CPOE, p. 34, 1964.

VAHL, M. M. Notas sobre a trajetória profissional da professora Sydia Sant'Anna Bopp e sua produção. In: IX ANPEDSUL. Caxias do Sul: EDUCS, 2012. p. 1-15.

Recebido em: 07 de abril de 2018.

Aprovado em: 05 de maio de 2018.